



Anais da Assembléia

Nº 202

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 12 DE DEZEMBRO DE 1996

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT - 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB - 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB - 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB - 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB - 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL - 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT - 05: Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 124ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 1996.
(QUINTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Angelo Vanhoni e Marquinhos Alves.

As dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nêrone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Jocelito Canto, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 1776

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da emenda oferecida ao Projeto de Lei 481/96 de sua autoria.

Sala das Sessões, em 12.12.96.

(a) ANGELO VANHONI.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 577/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1º - O Poder Executivo Estadual fica autorizado a celebrar convênio com a União, para adesão aos termos da Lei nº 9.137/96, sancionada pelo Excelentíssimo Presidente da República Federativa do Brasil, em 05.12.96, instituindo o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, aplicado às microempresas e empresas de pequeno porte - Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições - SIMPLES, neste Estado.

Art. 2º - Para efeito de aplicação do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições - SIMPLES, serão considerados os Contribuintes do Imposto de Circulação de Mercadorias e sobre Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal - ICMS, desse

Estado, enquadrados no disposto do Art. 2º, incisos I e II da Lei nº 9.137, de 1996, do Governo Federal.

Art. 3º - O Poder Executivo Estadual determinará através de Ato Normativo, os valores das alíquotas devidas ao Imposto de Circulação de Mercadorias e sobre Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal - ICMS, cujos percentuais atendam aos limites estabelecidos na Seção II, Art. 5º, incisos I e II, e parágrafos subsequentes da Lei nº 9.137, de 1996, do Governo Federal.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 1997.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.12.96.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI.

JUSTIFICATIVA:

Entendemos que esta grande parcela da atividade econômica brasileira, é responsável não só pelo crescimento da nossa economia, como também a principal geradora de empregos.

Em março de 1996, enviamos expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, aos Senhores Senadores e Deputados Federais, pedindo a aprovação dos Estatutos das Micro e Pequenas Empresas sobre a negociação das dívidas.

Este Projeto propiciará a oportunidade de abrimos espaço para as micro e pequenas empresas, pois elas gerarão o emprego e a oportunidade de sustentação da economia.

Ao encaminharmos esse Projeto de Lei, cumprimos o que determina a nossa Carta Magna, no seu Artigo 179, como também poderemos proporcionar um crescimento substancial na arrecadação do Estado.

A Lei nº 9137 certamente facilitará a criação de centenas de micro e pequenas empresas, para a representatividade atual no percentual de arrecadação: 3,05% para as micro, e 2,29% para as pequenas.

PROJETO DE LEI Nº 578/96

Art. 1º - Os Professores integrantes do quadro de funcionários da Escola de Música e Belas Artes do Paraná - EMBAP - serão reequadrados como Professor Titular IV, desde que comprovem, perante a direção da referida escola, no prazo de 90 (noventa) dias, que:

a) - exerceu ou exerceram a função como Professores Titulares, por mais de 15 (quinze) anos;

b) - para exercício da função, como Professor Titular, tenha sido o seu currículo profissional aprovado pelo Conselho Estadual de Educação ou pelo Conselho Federal de Educação; e,

c) - tenham completado 3/4 (três, quarto) do tempo de serviço necessário, para efeito de aposentadoria integral, ou ingressado na EMBAP, antes de 11 de dezembro de 1980.

Parágrafo Único - Os direitos reconhecidos, neste artigo, produzem efeito a partir da data em que for protocolado o pedido de reequadramento.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.12.96.

(a) ANIBAL KHURY.

JUSTIFICATIVA:

Reequadramento dos Professores da Escola de Música e Belas Artes do Paraná

1. A Escola de Música e Belas Artes do Paraná - EMBAP - foi fundada em 1948, obtendo o reconhecimento do Conselho Federal de Educação, em 1954, como curso de graduação superior.

2. Desde 1969, quando foram interrompidos os concursos públicos para ingresso na Carreira do Magistério, os Professores ingressantes na EMBAP passaram a

ser contratados pelo regime de "aulas suplementares", contudo, sempre desempenharam as funções como Professores Titulares (Regência de Classe).

A partir de 1980, passaram a ser regidos pela CLT.

3. Em vista das condições próprias e diferenciadas, na função desempenhada, os professores que assumiram a titularidade da EMBAP, só o foram por concurso interno de avaliação curricular.

3. Estes concursos foram homologados pelo Conselho Departamental da EMBAP, posteriormente, aprovados pelo Conselho Estadual de Educação e/ou Conselho Federal de Educação.

Portanto, os professores da EMBAP sempre desempenharam a atividade como titulares.

5. O Decreto Federal nº 85.487, de 11 de dezembro de 1980, possibilitou ao Professor Auxiliar e Professor Assistente, o acesso vertical até a categoria de Professor Adjunto IV.

6. Desta forma, os Professores Celetista, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, sem titulação passaram a categoria de Professor Adjunto IV e por tempo de serviço, a Professor Titular.

Tiveram, os Professores da Universidade Estadual de Ponta Grossa, seus direitos reconhecidos, por despacho secretarial, publicado no Diário Oficial nº 4106, de 28 de março de 1993, apenas porque no regimento interno da entidade, estava previsto o reenquadramento pretendido, fato omissivo no organismo institucional da EMBAP.

7. Com o presente projeto de lei se pretende estender, aplicando o princípio da isonomia, os mesmos direitos, concedidos aos da UPG, para os professores que ingressaram na EMBAP, antes do Decreto Federal nº 85.487/80.

8. Os professores da EMBAP requereram os seus reenquadramentos, respaldados de que eram Titulares, até o advento do enquadramento, e que pelo princípio de isonomia teriam os mesmos direitos, reconhecidos aos professores da UPG.

Ocorre que tiveram a informação de que era justo o pedido, mas não tinham eles base legal para atender os Professores da EMBAP.

Ou seja, só poder-se-á atender, o pleito dos Professores da EMBAP, se houver previsão legal, para assim se proceder.

9. A atual situação dos professores da EMBAP foi agravada com a vigência do Decreto Estadual nº 6.823/90, no qual, o art. 11, vedou definitivamente, que os professores que detivessem 3/4 (três, quartos), ou mais, de tempo de serviço necessário para efeito de aposentadoria integral, o direito de realizarem quaisquer cursos de pós-graduação, fechando assim, definitivamente, as portas para estes professores, ao acesso, a níveis superiores do quadro.

10. Em 1991, quando da implantação do Plano de Carreira, contrariando toda lógica jurídica e ultrapassando direitos líquidos e certos, os Professores da EMBAP foram enquadrados na classe inicial da carreira (Auxiliar 4).

11. Ressalte-se, ainda, que nos termos dos arts. 5º e 7º, da Deliberação 012/91 do Conselho Estadual de Educação, reconheceu-se a produção artística, dos docentes da EMBAP, atribuindo, aos mesmos o grau de Mestre, prerrogativas inerentes das funções, por eles, desempenhadas.

12. Em suma, pelo supra-exposto, fica evidente que se pretende, com o presente plano de lei, dar o respaldo legal, para que os professores da EMBAP obtenham o que lhes é devido, por justiça, o que, por si só, justifica, plenamente, a sua aprovação.

Por JUSTIÇA, URGENTE, a sua aprovação.

(a) ANIBAL KHURY.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Ex-

pediente, concedo a palavra ao 1º orador inscrito, o Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, nobres colegas, querido Coral que nos honra com sua presença aqui, nesta manhã.

Senhor Presidente e nobre líder do Governo, Deputado Algaci Túlio, a quem peço toda a atenção, a Folha de Londrina de hoje, traz a seguinte matéria:

Segurança Pública

Oliveira rejeita suspeita de licitação irregular

Sérgio Wesley

Sucursal de Curitiba

O Secretário da Segurança Pública, Cândido Martins de Oliveira, rebateu ontem as suspeitas de irregularidades na licitação para a compra de equipamentos de rádio-transmissor para a Polícia Civil, segundo ele, a compra foi suspensa por sua iniciativa para que uma comissão técnica possa analisar a qualidade dos equipamentos Motorola fornecidos pela empresa Control, de São Paulo. A Control foi a vencedora da licitação.

A versão de Oliveira para a suspensão da concorrência não foi a mesma apresentada ontem pelo delegado chefe da Polícia Civil, Toleb Balech, à Folha de Londrina. "Como membro do Conselho diretor do Funrespol, pedi vistas do processo antes da homologação da licitação para verificação de possíveis irregularidades formais", afirmou. Segundo Balech, os equipamentos oferecidos pela Control são ultrapassados.

O primeiro a questionar a eficiência dos equipamentos foi o delegado Silvan Rodney Pereira, chefe da Divisão de Telecomunicações da Polícia Civil. "O modelo analógico apresenta vários inconvenientes, como a não garantia do sigilo das transmissões. Os modelos troncos, zados (trunking) são melhores", explicou. Pereira disse que o edital da concorrência especificou o modelo analógico, o que impediu a participação dos fabricantes do modelo trunking na licitação.

Cândido de Oliveira contesta as explicações dos delegados "isto é resultado do lobby feito pela Ericsson, que ofereceu coquetel para os delegados de polícia no Hotel Bourbon", acusou o secretário. Ele desafiou qualquer pessoa a apresentar provas de irregularidades na licitação, no valor de R\$ 1,9 milhão. A comissão nomeada por ele tem até o dia 16 para emitir parecer sobre a qualidade técnica dos equipamentos analógicos oferecidos pela Control.

O Secretário disse que esta é a primeira de um total de quatro licitações para a informatização da Polícia Civil, no valor final de aproximadamente R\$ 8 milhões, Toleb Balech e Silvan Pereira negam a influência da Ericsson no Processo. Pereira disse que técnicos da Ericsson foram convidados pelo delegado Armando Garcia, do Serviço de Comunicação da Polícia, a explicar o funcionamento do sistema trunking. "A Ericsson alugou uma sala no Bourbon para a reunião e serviu apenas café e bolachas. O Secretário da Segurança foi convidado para esta reunião e não compareceu", afirmou Pereira.

Balech classificou de "absurda" a suspeita lançada pelo Secretário da Segurança de que os delegados estariam sendo influenciados pela Ericsson.

Sr. Presidente, nobres colegas, nobres líderes, como nós podemos observar como deputado, como representante do povo, fiscais da ação do Poder Executivo e da aplicação do dinheiro público, nós não podemos ficar calados diante de uma reportagem como essa.

É a palavra do Secretário de Segurança de um lado, e do delegado chefe da Polícia Civil de outro. Temos a obrigação e o direito de saber quem é que está falando a verdade. Afinal de contas é um procedimento licitatório que no total de quatro licitações que englobado somam 8 milhões de reais, que somente esse dá quase dois mi-

lhões de reais. Então nós temos a obrigação e é em nome dessa obrigação, desse dever de questionar isso. Então eu estou encaminhando um requerimento, um pedido de informações à Mesa, um pedido extremamente respeitoso, ao Governador do Estado que é o Chefe dos dois, é o chefe do Secretário, é o chefe do Delegado Geral, para saber quem é que está falando a verdade, porque envolve oito milhões de reais.

Então eu gostaria de poder contar com o apoio da Liderança do Governo para esse meu pedido de informações. O que quero é pura e tão somente como delegado licenciado há dezessete, dezoito anos da gloriosa Polícia Civil do Estado, é saber diante da notícia pública vinculada pela Folha de Londrina quem é que está falando a verdade, se é o Secretário da Segurança Pública ou o Delegado Chefe da Polícia Civil, que aliás é o Presidente do Conselho do FUNRESPOL. Portanto, dentro da Instituição do Policial Civil é a maior autoridade para questionar o procedimento dessa natureza, para saber, repito o envolvimento de dinheiro público e é uma notícia que já é de domínio público. E como há uma discordância de entendimentos entre o Secretário de Segurança e o seu subordinado imediato que dirige a Polícia Civil do Paraná, eu acho que essa Casa tem, além do dever, repito o direito de saber quem é que está falando a verdade. Já que o que está em jogo é o dinheiro público, o dinheiro do imposto pago pela população trabalhadora e ordeira do nosso querido Estado do Paraná. Quero ter certeza de que o Deputado Algaci Túlio, que tem demonstrado uma grande sensibilidade aqui na condução da Liderança do Governo, cada vez que o Governo é questionado, e de maneira respeitosa, repito, Ex^{ca}, vai nos apoiar no sentido de que o nosso pedido de informações possa chegar ao Governador Jaime Lerner para que esta questão seja devidamente esclarecida a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. FLORISVALDO FIER - Sr. Presidente, Srs. Deputados, no final da semana passada e esta semana ganhou espaço na imprensa local novamente a questão da Renault. Veio para a Imprensa porque o Senador Roberto Requião solicitando cópia de inteiro teor do processo em que fez com que a fábrica da Renault decidiu pelo Estado do Paraná não foi entregue ao Senador, e ele se sentindo no direito de analisar tal processo para depois dar parecer sobre futuros empréstimos, assim o decidiu.

Nesta Casa a nossa Bancada já por duas ou três vezes fez pedido de informação sobre a vinda da Renault em nosso Estado. Não que a nossa Bancada, ou qualquer um de nós deputados sejamos contra a vinda desta empresa, mas é que desejamos saber o quanto ela está custando economicamente ao nosso Estado e aos paranaenses. O preço que estamos pagando ou o que vamos pagar, ecologicamente é um preço elevado. Por isto que eu venho à tribuna para chamar a atenção. Atualmente os mananciais que abastecem a Cidade de Curitiba são três: O Rio Ivaí com oitocentos litros por segundo; o Rio Iguaçu com três mil e quatrocentos litros por segundo e o Passaúna com um mil e setecentos litros por segundo. Existem mananciais futuros localizados na região leste da Região Metropolitana com distâncias médias ainda inferior à 10Km, como a barragem do Iraí, a barragem do Piraquara II, a barragem do Rio Pequeno e a barragem Miringuava, todas elas que poderão ser usadas num futuro bem próximo e que a construção da Renault ou do Parque Industrial de São José dos Pinhais é prejudicial ao meio ambiente e prejudicial aos mananciais. Chamamos a atenção aos problemas legais. Como a construção de uma fábrica com o porte da Renault esbarra, inicialmente,

em alguns aspectos legais da Legislação Estadual que não permite este tipo de empreendimento em bacias de mananciais. Mesmo que a fábrica não cause impacto direto as estimativas de instalações de outras empresas, de 16 a 20 empresas que seriam instaladas no mesmo local, e sob a influência da urbanização da região e com estímulo econômico de vários outros empreendimentos, trará uma ocupação intensa daquela região. O que trará danos irreversíveis para as regiões de mananciais. É agravada esta situação pela construção do contorno-leste que, cortará o coração de todos aqueles mananciais.

Ainda a autorização do Distrito Industrial de São José dos Pinhais vai dificultar toda a política de preservação dos mananciais. Fala-se que a Renault não viria para o nosso Estado se fosse outra região. Não acredito nisto. Não acredito até porque uma empresa francesa, multinacional, estatal, e por sua origem estatal, duvido que esta empresa queira desafiar as nossas leis, ou escolher a sua instalação, passando por cima da legislação de uma outra nação. Por isto que eu não acredito. Até porque a legislação francesa não permitiria que qualquer uma outra empresa estrangeira, ou até mesmo nacional deles permita o desrespeito a qualquer legislação. Nessa disputa nacional o Paraná venceu e trouxe para cá a Renault. Mas, venceu às custas de isenções tributárias, infra-estrutura, participação de capital local que não sabemos a que percentual se dá isto.

Mas também venceu por se dizer que esta empresa colocou um adendo verde na sua proposta, ou seja, a fábrica seria absolutamente livre de poluição e o Distrito Industrial de São José dos Pinhais seria um Distrito Industrial Ecológico. Bom, esse Distrito Industrial, onde será instalada a fábrica está dentro da Bacia do Rio Iguaçu, que é o principal manancial de abastecimento da Região Metropolitana de Curitiba e coloca em risco todos os investimentos feitos, no sentido de protegê-la. Investimento, que não são poucos, porque só o PROSAM está investindo cerca de 245 milhões de dólares.

A vinda desta empresa, já está provocando hoje, uma ocupação e um adensamento maior da área em torno da localização desta empresa da Renault. O problema que se coloca é que o (rima) do distrito, é do Distrito Industrial e não da fábrica, (rima) este que aborda a Bacia do Rio Pequeno e não toda a Bacia do Rio Iguaçu. E mais, e (rima) só foi feito porque o Sindicato Estadual dos Servidores Públicos, da Secretaria de Abastecimento o solicitou porque a fábrica estava vindo, sem a instalação, sem a feitura desse relatório de impacto ambiental prévio.

Portanto, o Governo tinha a intenção de descumprir a lei. O que agrava é que o (rima) foi elaborado pela UNELIVRE, Universidade Livre do Meio Ambiente, já contrariando a legislação, que impõe como elaboradores do estudo entidades isentas esta questão. E tal (rima) foi feita, tendo por meta a visão global de um Distrito Industrial e não a da fábrica. E nós sabemos que a UNELIVRE é uma entidade ligada diretamente, ao Poder Executivo, diretamente ao Palácio Iguaçu. Portanto, não isenta de intervenção política ou de decisões políticas e não de decisões técnicas, como é exigido pela legislação. Este (rima) coloca como suspeita. A UNELIVRE coloca o imã sobre suspeita, porque não entendemos ela como isenta para elaborar, não só o relatório de impacto ambiental da Renault. Mas de todas as outras indústrias, que ora dizem que vão se instalar em nosso Estado, mas especificamente, na Região Metropolitana.

Espérons que o Governo, não tenha só o discurso, do País, ou da Cidade Ecológica, ou do Estado Ecológico, mas que esse discurso seja colocado na prática. Porque sabemos que um Parque Industrial, na região que se está colocando, será a contaminação de toda a água

da Cidade de Curitiba. Contaminação que pode se dar por metais pesados, que são substâncias cancerígenas, são substâncias que causam doenças crônicas e graves na população, e que mesmo com tratamento de água, não é possível fazer com que tirem estas substâncias da água. A população curitibana e da Região Metropolitana, vão correr este risco daqui para frente, porque estas indústrias estão se instalando em áreas que não deviam se instalar. Em área de preservação ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças, PMDB.
PT, Deputado Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente Anibal Khury, Senhores Deputados.

Que venho falar nesta tribuna, é uma das polêmicas que está acontecendo, hoje, nos rádios, na televisão, nos jornais, sobre a questão do Paraná 12 Meses. Queremos manifestar aqui uma opinião da Bancada do Partido dos Trabalhadores, com relação ao projeto. O Projeto Paraná 12 Meses é, sem dúvida, um bom projeto para a agricultura. Na medida em que chama a sociedade para a aplicação dos recursos. Na medida em que divide regiões no Estado do Paraná e aplica os recursos que vêm tanto do Tesouro Estadual como do BIRD em áreas que não foram usados os recursos. Sobretudo neste momento, em que estamos às voltas com a defesa da agricultura familiar, agricultura familiar que gera emprego, que mantém o emprego na roça. Estamos às voltas com o pequeno produtor, quando esse processo trágico da globalização e abertura da fronteira, esse recurso seria um alento para os pequenos agricultores.

E aqui queremos registrar a presença do Prefeito Joacir Anaf que estará assumindo a administração no ano que vem, como outros tantos Prefeitos, tem essa preocupação de ter recurso para os pequenos agricultores que na verdade dão vida, dão dinâmica ao comércio dos pequenos municípios do Paraná.

Contudo, queremos, de outro lado, responsabilizar aqueles que não estão conseguindo trazer esses recursos para o Paraná. Acho que aí, tanto tem a ver com a capacidade do Governo Estadual de responder as demandas do Senado rapidamente. E isso o Governo do Estado do Paraná tem que chamar, para si, a responsabilidade disso. Como também, os Senadores, têm que assumir a responsabilidade se esses recursos não vierem. Porque o Projeto Paraná 12 Meses nós queremos aqui, assumir, como já assumimos em outras ocasiões, a sua defesa, a defesa de recursos para a pequena propriedade. De outro lado, queremos á chamar para a responsabilidade: o Governo do Estado do Paraná para atender as exigências do Senado e também aos Senadores para essa implementação.

A Bancada do Partido dos Trabalhadores, como todos os Senhores sabem, não tomamos decisões aqui por estarmos, simplesmente, na Oposição. É verdade que a nossa Bancada é de Oposição e assumimos isso desde 1º de janeiro do ano passado. Agora, nós votamos os projetos, aqui, de acordo com o mérito, sem olhar quem fez o projeto. E nós continuamos firmes nesta posição - de mérito. Temos sérias divergências contra o Governo do Estado do Paraná pela forma que tem trazido sua administração, inclusive a aproximação extrema ao Governo Federal que está trazendo desemprego ao Estado, ao Brasil, traz prejuízo, ao Estado do Paraná se comparar toda a questão dos produtos, dos grãos. Mas, deveremos, aqui chamar sim, à responsabilidade tanto o Governo do Estado do Paraná como os nossos representantes em Brasília para que, de uma forma ou outra pudéssemos ver o Paraná 12 Meses implantado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças. No Horário da Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Trago à tribuna, nesta manhã, dois assuntos que, na minha avaliação, são da maior importância e que são palpitantes porque envolvem questões importantíssimas para a população. O primeiro em relação à postura do Deputado Irineu Colombo em relação à legítima postulação que fez o Senador da República, Roberto Requião, no Senado, aonde exigiu uma radiografia da capacidade de endividamento do Estado do Paraná, para que este Governo possa contratar empréstimos que serão gastos é claro, agora mesmo, mas que serão pagos pelos governos que virão pela frente. Creio que o Senador Requião age no restrito cumprimento do seu dever, porque Senador da República pelo Paraná, foi eleito para representar a população paranaense, e creio, que os pedidos que o Senador Requião fez no Senado da República, são exatamente iguais aqueles que nós aqui nesta Casa temos encaminhado, pedidos que são no sentido de saber qual é o comprometimento financeiro do Estado do Paraná, no empreendimento da Indústria Renault. Qual é o comprometimento financeiro e fiscal no Estado na vinda da montadora Chrysler? Porque Senhor Presidente, Senhores Deputados, não é possível que possamos assistir, e as pessoas muitas vezes não conseguem entender qual é o mecanismo, e qual é o custo que vai ter para o Estado do Paraná, porque no momento que você concede a dilatação de prazo de 10 anos para o pagamento do ICMS. O que é dilatação de prazo? Significa que durante 10 anos, aquela parcela do ICMS que a empresa deixou de recolher, ela vai ter que ser paga dali a 10 anos. O Governo concede a dilatação com 10 anos, sem juros e fundamentalmente, cada vez que o empresário da Indústria Renault for na Secretaria da Fazenda fazer o recolhimento do ICMS, ele receberá um crédito do FDE, Fundo de Desenvolvimento do Estado, para poder pagar o ICMS.

Então, na verdade, o Estado do Paraná, se por uma ponta recebe, de outra, vai ter que pagar através do FDE, vai ter dinheiro em caixa, ou seja, na verdade, tem que tirar o dinheiro que é empregado em outras atividades, para poder o ICMS. Essa é só a parte tributária, qual é a outra parte? É a compra do terreno, é a terraplanagem, é a infra-estrutura que está sendo feita, executada, são na verdade, milhões e milhões de reais que dá para fazer pelo menos com certeza absoluta, vários programas de "Paraná 12 Meses", que tem algumas coisas inclusive nesse programa, que são questionáveis.

Mas fundamentalmente, o que não é possível, é o Governo do Estado que concedeu muito do que podia, porque a lei, ora, Senhores e Senhora Deputada, a lei, ela tem que ser igual para todos, a lei não pode discriminar ninguém, como também não pode privilegiar.

Quando o Deputado Anibal Khury apresentou aqui um projeto de lei e foi esse sancionado pelo Governador Requião, foi dado um cheque em branco para o Governo. O Governador Requião regulamentou a concessão de benefícios fiscais através de um programa chamado "Bom Emprego Fiscal". O Governador Jaime Lerner assume depois que utilizar o bom emprego fiscal na vinda da Chrysler, utilizaram, mudaram o nome, chama agora "Paraná Mais Emprego", mas é o mesmo mecanismo que tínhamos antes. Esse mecanismo é um mecanismo que não admite exceções em relação a privilegiamento por quê? Porque diz o seguinte: o município, por que as empresas querem se instalar em São José dos Pinhais, porque em São José dos Pinhais a dilatação de prazo com recolhimento do ICMS é de 100% do valor a ser recolhido.

do, Araucária é 50%, Campo Largo é 75%. Então, as empresas se instalam de acordo com o que está estabelecido no regulamento da Lei Anibal Khury.

Então, não temos tantos segredos assim salvo e aí é que entra a grande questão na verdade, salvo aquelas concessões que o Governo fez e que não podia ter feito, porque são imorais. São concessões que podem até, Deputado Valdir Rossoni, ser legais, mas que são imorais se formos verificar da necessidade que as empresas paranaenses estão passando, dos industriais paranaenses que querem ampliar as suas indústrias, mas que não têm a concessão desse benefício. Qual a empresa paranaense que não gostaria de ter o terreno doado, a parte toda de infra-estrutura do fornecimento de energia elétrica, de água e de esgoto sanitário, tudo fornecido, a terraplanagem que custa quinze milhões, naquele terreno que compraram ali na Roseira, no Município de São José dos Pinhais, quando poderia ser comprado, inclusive, terrenos próximos daquela área, em muito melhores condições topográficas, mas não está se removendo ali dois metros e meio de turfa, numa área de preservação dos mananciais, que só foi possível instalar a indústria, agora, depois que o Governador baixou uma série de decretos modificando a lei do uso do solo, em relação ao meio ambiente, e fundamentalmente é um crime ecológico que está se cometendo em relação aquela região.

Mas, eu queria, Senhor Presidente, Senhores Deputados, tentar dizer o seguinte: os benefícios que o Governo do Paraná ofereceu às montadoras, e parece que agora também vai ter que se incluir esse pedido do Senador Roberto Requião, o que foi concedido para a Audi, que também vai se instalar em São José dos Pinhais. Temos esta Casa, a sociedade paranaense tem o direito de saber o preço que está pagando para que essas montadoras venham para cá. Há um exemplo do Estado da Georgia e, especialmente, a Cidade de Atlanta nos Estados Unidos, que faliu por causa do excesso de benefícios fiscais que concedeu a própria Indústria Chrysler, porque depois ela não pôde honrar e suportar o que ela havia lutado, naquela ilusão de gerar empregos.

Concedo o aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni - Deputado Luiz Claudio Romanelli, Vossa Excelência fala que a atitude do Governo do Estado é imoral.

Quero dizer a Vossa Excelência que quem sancionou a lei foi o Senador Roberto Requião.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Desculpe Excelência a atitude é de não fornecer informações, não estou questionando nem a lei nem o decreto.

O Sr. Valdir Rossoni - Gostaria, quando vejo o seu pronunciamento e não estou conseguindo interpretar o seu pronunciamento, talvez pelo pouco de dificuldade que tenho.

Gostaria que Vossa Excelência, já que faz um pronunciamento, parece-me que contrário a instalação dessas empresas que acho importante, e digo a Vossa Excelência que estamos dando incentivos a essas empresas, do que nós não temos, porque se elas não vierem, não temos esses recolhimentos de ICMS. Gostaria, já que Vossa Excelência combate a forma com que o Governo está transformando o Estado do Paraná queria que Vossa Excelência dissesse para mim, se fosse possível, como é que o Governo do Estado do Paraná, através do seu Governador Jaime Lerner, deveria trabalhar esta questão. E se Vossa Excelência acha de que os outros Estados estão ganhando também a instalação de grandes empresas pelos olhos do Estado, pelo nome do Estado, pelo seu Governador?

Gostaria que Vossa Excelência desse a forma que,

talvez, pudesse levar ao Governador essa forma que Vossa Excelência tem, e talvez com essa contribuição poderíamos mudar as nossas atitudes e aí talvez começássemos a perder essas empresas tão importantes que estão vindo para o Estado do Paraná.

Só para terminar o meu posicionamento, e que fique muito bem claro, e gostaria que ficasse claro, que todo esse trabalho que está sendo feito a nível de Estado do Paraná, vai marcar época no Estado do Paraná, porque além de industrializarmos, e nos transformarmos no 2º Pólo automobilístico, Indústria Automobilística do País, também estamos fazendo a nível de interior, como Vossa Excelência conhece muito bem o Município de Pien, está se instalando uma empresa lá que vai investir mais de 100 milhões de dólares, vai dar mais de 700 empregos. Vossa Excelência imagine o que significa em termos de crescimento de oportunidade àquela população. Mas gostaria que Vossa Excelência desse a sua contribuição. Qual é a forma que o Paraná poderia fazer para não perder estas oportunidades?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - O Senhor inclusive começou, Deputado Rossoni, no final das suas palavras a dar a fórmula, é a mesma fórmula, por exemplo, que possibilitou ao Governo do Estado levar para União da Vitória a Da Granja. O Senhor não tem prestado atenção nos meus pronunciamentos aqui. Correto, Deputado Valdir Rossoni, é o Senhor vincular a atividade agropecuária do Estado do Paraná à possibilidade de industrializar o que produzimos, a atitude do Governo de conceder benefícios fiscais e financeiros à Da Granja ou a esta empresa portuguesa que se instala em Pien é altamente louvável, é extremamente importante para o Paraná, é este o perfil da nossa economia, é aí que são gerados os empregos que estamos falando, agora, concretamente em relação custo-benefício não está comprovada, claro que eu como todos os paranaenses somos a favor da vinda das empresas para o Paraná, agora, há de se deixar claro o seguinte, qual é o custo, qual é o preço que a sociedade paranaense está pagando? No caso da Chrysler o Paraná está abrindo mão de 600 milhões de dólares a troco de um investimento de 350, ou seja, a Chrysler ainda está levando um troco de 250 milhões de dólares para vir ao Paraná.

Aparte ao Deputado Florisvaldo Fier.

O Sr. Dr. Rosinha - Primeiro acho nós podemos tentar ajudar o Deputado Valdir Rossoni a compreender, temos que deixar claro...

O Sr. Valdir Rossoni - Quero ver o Deputado Rosinha fazendo greve aí na porta das indústrias automobilísticas.

O Sr. Dr. Rosinha - Se fosse designado talvez ou tivesse um contrato com uma empresa dessa e elas fizessem o que fazem no 3º Mundo geralmente do trabalhador escravo, provavelmente eu faria greve e se elas fizerem esta prática não tenho medo nenhum de trabalhar ajudando a organização da classe trabalhadora pela sua independência porque dar para a Chrysler e para a Renault o que o Governo está dando, ele não dá nem 1% disso para a libertação dos trabalhadores ou para atender aos trabalhadores e quando dá esta fortuna coloca uma mixaria para o atendimento à saúde.

Aí mostra o exemplo da prioridade do Governo, acho que daí quem sabe o Senhor pensando um pouco comece a compreender a realidade do nosso Estado, quem são vítimas, quem são aqueles que estão sofrendo com as consequências sociais, mas tentando ajudar o Deputado a compreender, primeiro tem que deixar claro que neste Parlamento não ouvi nenhum pronunciamento

nem nosso do PT nem de ninguém contra a vinda de indústrias para o nosso Estado, ninguém se coloca contrário, o que estamos questionando primeiro é a localização que estas indústrias estão vindo em área de preservação ambiental em que na balança o custo-benefício a longo prazo não sabemos aonde vai dar, provavelmente prejuízos enormes para a sociedade tendo de buscar água cada vez mais distante da Cidade de Curitiba com investimentos cada vez maiores e um dano à saúde violento.

Segundo, o que estamos questionando Deputado Valdir Rossoni, é a questão da imoralidade do Governo de fornecer informações a esta Casa e nem ao Senado que tem que ser esclarecido. Qual é o percentual ou qual é a parte do leão que este pessoal está levando? Então são estas as razões de todo este questionamento nosso e nós queremos dizer a esta Casa que estes questionamentos estão sendo feitos inclusive na justiça. Não somos contra a vinda destas indústrias, o que tem que fazer é ter claro como vêm. Acho que aí ajuda o Deputado Valdir Rossoni a compreender porque parece que ele não está compreendendo nem o meu pronunciamento anterior nem o vosso feito agora.

O Sr. Ângelo Vanhoni - A argumentação que o Deputado Rosinha veio fazer à tribuna é tão cheia de razão porque tanto a Audi que vai se instalar agora, da Volkswagen, lá em São José dos Pinhais, quanto a Renault, uma fábrica francesa e a outra alemã. Elas nas condições geográficas que apresenta a Cidade de São José dos Pinhais, se esta situação geográfica estivesse na Alemanha ou na França, pela legislação francesa e alemã estas indústrias não se instalariam nesta situação geográfica, sabe por que Deputado Valdir Rossoni? Porque ao se instalar uma fábrica como a Renault, em São José dos Pinhais, e a Volkswagen em São José dos Pinhais, nós vamos induzir o desenvolvimento econômico em direção a Serra do Mar. Isso é contrário a toda legislação ambiental existente no mundo inteiro.

Então, não sei o que acontece na cabeça desses dirigentes dessas duas fábricas que lá para os seus países têm uma consciência ambiental, defendem uma legislação ambiental nos seus países. E ficamos surpresos porque o Governador Jaime Lerner foi um homem que quando foi Prefeito aqui da Cidade de Curitiba ele batizou essa cidade e fez alguns programas como uma cidade ecológica, e desenvolveu alguns programas do ponto de vista de uma concepção da vida respeitando o meio ambiente, sobre tudo a reciclagem do lixo, a preservação da natureza, é alguns programas nesse sentido. E vemos o próprio Governador concordar com a indução do desenvolvimento econômico em direção a Serra do Mar, não queremos nem falar da destruição dos poucos mananciais que existem ainda sem ser poluídos, que são os mananciais dos rios que o Deputado Florivaldo Fier fez uso da tribuna aqui relatando. Quer dizer, não se entende do porquê também da decisão de implantar e permitir que essas indústrias se implantem na Cidade de São José dos Pinhais.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Muito bem, Senhor Presidente e Senhores Deputados, faço essas questões e digo o seguinte: que o Senador Requião certamente, que é um paranaense que tem profundo amor pelo nosso Estado...

O Sr. Orlando Pessuti - Vossa Excelência me concede um aparte?
(Assentimento)

Deputado Romanelli na condição de Presidente do Bloco Agropecuário nós entendemos que o Projeto Paraná 12 Meses é da maior importância para o Estado do Paraná, a exemplo do que já se manifestaram outros

Deputados, tanto que quando tramitou nesta Casa recebeu não só da nossa pessoa, mas de todos os Deputados, a manifestação de apoio, e eu diria até em alguns momentos de entusiasmo com a implantação desse projeto que prevê evidentemente cerca de quatrocentos milhões de investimentos e apoio ao setor produtivo rural do Estado do Paraná. Afinal de contas numa época dessas em que o setor produtivo rural do Estado do Paraná. Afinal de contas numa época dessas em que o setor produtivo passa por dificuldades, o investimento, o apoio à pequena, média propriedade, às associações, sindicatos, cooperativas através de um programa como esse se faz necessário, e se faz até merecedor do nosso apoio e do nosso entusiasmo para que ele venha implantar. O que a gente tem visto nos últimos dias é a tentativa que se faz de responsabilizar uma única pessoa pela não aprovação desse projeto, dessa autorização de empréstimo a nível de Senado Federal.

E lembro-me e estamos aqui nesta Casa, todos sabem, há quatorze anos, e nem sempre a vontade de uma única pessoa é o que prevalece. Ontem mesmo estive participando da reunião da Comissão de Constituição e Justiça e vi que naquela comissão a vontade de Vossa Excelência a respeito do Projeto PROEM não prevaleceu porque a maioria da comissão entendeu de forma diferenciada de Vossa Excelência. Então, não é o Senador Roberto Requião que está lá no Congresso Nacional criando todas essas confusões, ele pode ser uma das pessoas que esteja propondo essas medidas, e nós mesmos aqui na Assembléia Legislativa, muitos dos Senhores Deputados têm solicitado esclarecimento e informações a cerca desses contratos, a cerca desse movimento todo de apoio às indústrias.

Hoje mesmo li nos jornais a manifestação do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Gilberto Miranda, afirmando que as informações não foram prestadas, e por essa razão o assunto não tinha como ser apreciado por aquela comissão. Agora, acho o seguinte, estão tentando transformar também numa briga política responsabilizando o Requião pela não aprovação, afinal de contas o Requião entrou nessa questão faz uns dez dias, e esse pedido está no Senado há quantos meses?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Há um ano.

O Sr. Orlando Pessuti - Então, não é o Requião que está atrapalhando isso, quer dizer, outros problemas devem estar acontecendo. Se a comissão não analisou isso ao longo de um ano é porque não tinha as informações, o Requião apenas questionou isto faz uma semana atrás.

Então, acho que temos que tirar esta discussão política, esta disputa eleitoral em cima do Paraná 12 Meses, para que possamos ver este programa viabilizado.

Pelo amor de Deus, se não existe nem um tipo de irregularidade nesses acordos que foram feitos com a Renault, com a Chrysler, por que esconder do Senado, da Assembléia, por que esconder do povo do Paraná. Se não querem mostrar, se não querem contar, é porque alguma coisa deixa a gente com a "purga atrás da orelha".

Quero manifestar a minha solidariedade ao seu pronunciamento, e dizer que, na maioria dos lugares deste mundo, são raras as oportunidades que a vontade de uma única pessoa sobrepõe-se sobre a vontade de todos os demais. E lá na Comissão sobre Assuntos Econômicos, certamente, não é só a vontade, a manifestação do Requião, que prevalece neste momento.

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem) - Senhor Presidente, queria anunciar a presença de um dos quinze torcedores da Portuguesa, que está aqui pre-

sente, Deputado Geraldo Cartário. Também estou torcendo pela Portuguesa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Geraldo Cartário é a nossa arma secreta da Portuguesa.

O SR. ÉLIO RUSCH (Pela Ordem) - Da mesma forma, gostaria de registrar a presença do Deputado Geraldo Cartário, e convidá-lo para na segunda-feira saborear uma costela recheada com bacalhau.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Queria conceder um aparte ao Deputado Antonio Belinati, mas antes associar-me ao Deputado Élio Rusch.

O Sr. Antonio Belinati - Ilustre Deputado Romanelli, aprendi nesses vinte e oito anos de vida pública, que muitas vezes a polêmica não leva a nada, e quem acaba pagando a fatura é a comunidade, é o povo.

Conhecendo Vossa Excelência, conhecendo os homens públicos do nosso Paraná, até faria um apelo ao ilustre Deputado Romanelli, a quem tenho a maior admiração, o maior respeito, de que pudéssemos agregar as forças políticas do Paraná, independente de paixão partidária, e manter uma conversa muito cordial, muito respeitosa com o Senador Roberto Requião, no sentido da gente chegar a um caminho que possibilite o Paraná a receber esse dinheiro que vai ser de grande importância para os nossos agricultores.

Nós estamos vendo o sufoco que esse povo da lavoura, da agricultura, está vivendo, principalmente, com a recessão econômica que o País enfrenta.

Então, Deputado Romanelli, quero fazer este apelo-sugestão a V.Exa. Vamos nos unir. Vamos esquecer siglas partidárias.

Tenho a impressão, a grande convicção, que numa conversa muito aberta com o Senador Roberto Requião, a gente consiga, até o ex-Governador, hoje, Senador, até como um defensor na liberação desse dinheiro para o Paraná.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. -

Para concluir apenas, eu queria dizer o seguinte: que a Bancada do PMDB, aqui nesta Casa, sempre esteve à disposição do Governo para, eventualmente, servir de ponte, inclusive, conversar com o Senador Roberto Requião, em relação a essa sua posição.

Creio eu, que a intolerância é a mãe de todas as bobagens que se comete no mundo. E creio eu, que tivesse tido o Governador Jaime Lerner, pelo menos uma das únicas vezes, que pegou os jatinhos do Governo, ou os aviões de carreira, e foi para qualquer lugar, como faz agora, inclusive, vai para qualquer lugar do mundo, e não vai para Brasília. Porque se você contar as vezes que o Governador foi para Brasília, e as vezes que ele viajou para o exterior, é uma coisa impressionante. A Capital do País é Nova Iorque, e, não, Brasília. Mas creio eu que, seguramente, se nós aqui que somos paranaenses, que representamos o interesse do nosso Estado, nós não somos aqui agentes do Estado de São Paulo, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais, para poder falar: olha, Governador Paulo Afonso, Antônio Brito, sabe que o Governador Jaime Lerner está dando muito mais alto, porque ele está dando aqui para a Renault ou para a Chrysler ou para a Audi.

Francamente, nós não somos absolutamente irresponsáveis. Os atos que o Governo está praticando não são atos que são privados, são públicos. Então, o Governo tem que descer da arrogância que está hoje, neste pedestal da arrogância, e humildemente mostrar ao Se-

nador Roberto Requião, e ao Paraná, e especialmente a esta Assembléia se for o caso numa sessão secreta quais foram os protocolos que firmou, e está resolvida a situação. Creio que é um ato de legítima defesa dos interesses do povo do Paraná.

Concedo o aparte ao Deputado Edgar Bueno.

O Sr. Edgar Bueno - Gostaria de registrar aqui uma grande preocupação com o povo paranaense e eu acredito sinceramente que o Senhor Roberto Requião que já foi Prefeito de Curitiba, Deputado, foi Governador e é Senador, ele tem uma responsabilidade com o povo paranaense, principalmente com o pequeno agricultor. E eu percebo que este ato do Governador Jaime Lerner, de trazer indústrias para o Paraná, de fazer com que este Estado se consolide de uma vez por todas, nós não podemos entrar nessa questão política e interessada no sentido de trazer um grande prejuízo para o pequeno agricultor.

A minha preocupação, Deputado Romanelli, eu sei que V.Exa. tem uma ligação profunda com o Senador Requião, e nós também dedicamos um grande respeito por ele, mas é preciso que a gente some nossos esforços, aqui da Assembléia Legislativa, de que quando chega um projeto do Paraná, já que ele representa esse Estado no Senado da República, possa fazer com que nossos desejos, nossos anseios, e principalmente os dos pequenos agricultores possam ser atendidos.

O Senhor é Deputado, o Senhor tem sensibilidade e sabe quanta dificuldade está passando o nosso pequeno agricultor, ele está saindo do seu habitat, está saindo da sua área produtiva e engrossando as periferias da cidade, por falta de condição de vida para sustentar os seus filhos.

E é por isso, caro Deputado Romanelli, que, com todo respeito, eu gostaria de sair dessa questão da Renault, e o Paraná vai dar todas as informações que o Senhor deseja, que o povo paranaense deseja, que os brasileiros desejam depois que a quinta indústria automobilística chegar no Paraná. Com certeza absoluta todos saberão como é que o Governador do Estado conquistou estas grandes indústrias que vêm para dar riqueza, para dar emprego, e colocar o Estado do Paraná no contexto que ele merece, mas, acima de tudo, vamos lutar pelo pequeno agricultor. O Senhor veja, com esta atitude só vamos discutir na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, a partir de 15 de fevereiro, então isso trouxe um atraso para o desenvolvimento do pequeno agricultor e eu gostaria que o Senhor levasse esta mensagem ao nosso Senador Roberto Requião, para que ele possa lutar pelo povo do Paraná e fazer com que esse Estado seja respeitado, e que o dinheiro que vem que vai ser pago em 20 anos, com juros baixíssimos, é interessante para nosso desenvolvimento, mas principalmente para o pequeno agricultor.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Só para concluir, o empréstimo é de 175 milhões de dólares e não de 400 milhões. O Governo, se tem tanto interesse assim pode adiantar a parte da contrapartida, se ele tiver, porque eu duvido que tenha, porque o Governo está mal pagando a folha de pagamento, está atrasado com seus fornecedores, com os empreiteiros do Paraná, já há mais de 8 meses que não paga as faturas.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, mais uma vez o Deputado Romanelli extrapola quando entra no seu lado emocional.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Eu, nessa Casa não estou faltando com o decoro, uso esta tribuna argumentando, e faço de forma que quiser, eu não pre-

so falar aqui num tom de voz de 15 decibéis. Falo, claro sem gritar, mas com eloquência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O tempo de V.Exa. está esgotado, concedo a palavra ao Deputado Basílio Zanusso. V.Exa. já falou no aparte do Deputado Pessuti, quinze minutos.

O Sr. Renato Adur (Aparte) - Deputado Romanelli, eu ouvi com muita atenção o pronunciamento de V.Exa., o Aparte do Deputado Edgar Bueno, do Deputado Rossoni, do Deputado Belinati.

Acho, Deputado Romanelli, fazendo assim uma auto-crítica, acho que os Deputados têm um certo grau de razão. Apesar de que o nosso Senador Roberto Requião está numa exigência legítima, ele não está pedindo nada de extraordinário quando pede que apenas que mostrem os documentos. Não entendo por que o Governo não mostra os documentos se o Estado é público e toda a instituição deve, pelo princípio constitucional, abrir a conhecimento público os documentos, principalmente em grandes negociações na questão da Renault, etc. Mas eu acho que eles têm um certo grau de razão, acho que nós deveríamos, Deputados do PMDB, fazermos um apelo junto com os demais Deputados ao Senador Requião, para que ele relevasse essa questão Deputado Romanelli, por um motivo muito simples. Já se passaram dois anos do Governo Jaime Lerner e o nosso micro e pequeno agricultor do Estado do Paraná está indo a falência... (Discussões paralelas).

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, para concluir. Agradeço essa Presidência pela tolerância, um homem extremamente coerente, Presidente desta Casa.

O Sr. Renato Adur (Aparte) - Deputado Romanelli, deixa eu concluir meu raciocínio.

Então, Deputado, acabaram com o nosso programa "Panela Cheia"; acabaram com o nosso pequeno agricultor, o nosso Paraná está à mingua. E eu não acredito, Deputado Romanelli, que com esta liberação de recursos o Governo com a política atual que está fazendo, apesar do esforço do Secretário Hermas Brandão na Secretaria da Agricultura, que vai resolver o problema da agricultura do Paraná. Acredito, ninguém vai me convencer que este "Paraná 12 meses" seja a solução tão propagada que está sendo feita. Acho que é um cavalo de tróia. Não acredito que vai solucionar, o Paraná vai continuar com o problema da agricultura. A nossa agricultura do pequeno produtor está falida porque alijaram a nossa agricultura. Essa é a minha conclusão. Daí a minha argumentação, que eu não vejo, acho que até valeria a pena nós pagarmos o preço, apelarmos ao Senador Requião para que relevasse certas questões, porque mesmo liberando isso, Deputado Romanelli, não vai resolver o problema do Paraná; em hipótese nenhuma.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, só para concluir eu quero fazer uma proposta a esta Casa. Melhor do que uma Comissão de Deputados ir a Brasília falar com o Senador Requião, é esta Presidência com as demais Lideranças convidar o Senador Requião para vir aqui a esta Casa, se for o caso o Senador Requião atravessa esta praça, vai ao Palácio e o Governador lhe mostra os protocolos.

Sem protocolo de intenção, Deputado Algaci Túlio, o Projeto não passa no Senado.

Muito obrigado, Senhor Presidente!

O SR. EDGAR BUENO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria Pela Ordem de anunciar aqui a pre-

sença de algumas lideranças do Paraná.

O Prefeito eleito de Araí, Joacir Antonio de Paula e o seu vice Gláucio de Paula, também o Prefeito eleito de Matelândia, Onir Braguini, e de Capitão Leônidas Marques o nosso grande Prefeito Décio C., o futuro Prefeito Altair Túlio, e o nosso Vereador mais votado em Capitão Leônidas Marques, o Irvaine.

É uma honra recebê-los aqui nesta Casa, muito obrigado, e apareçam sempre que vocês levarão sempre aquilo que vêem aqui, a defesa dos pequenos agricultores.

Vocês que representam os pequenos municípios estão vindo aqui a discussão, e vindo quem é realmente que está querendo somar para consolidar este Paraná.

Muito obrigado pela presença de todos vocês!

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Ouvi atentamente as palavras do ilustre Deputado Romanelli e os oradores também que o apartearam e daqueles que os antecederam, a exemplo Dr. Rosinha, Deputado Colombo. Não entendo que a minha presença aqui fosse imprescindível, mas eu considero indeclinável a minha obrigação como representante lá do Noroeste onde a sua população é totalmente agrícola, porque Municípios pequenos que produziam antes café em abundância, foi aquela região transformada na produção de cana-de-açúcar, pastagens e de culturas que exigem áreas extensas. A discussão Senhor Presidente, é o retardamento, é a embrulhação e a postergação da autorização para o Paraná obter o empréstimo internacional que depende da autorização da Comissão Especial ou de Assuntos Econômicos do Senado da qual faz parte o ex-Governador Roberto Requião.

Para os que estão algum tempo, antes dessa legislatura, sabem não é segredo, embora eu pertencendo a outro partido do Senador, do então Governador, eu votei quase todas as mensagens de sua iniciativa, onde o interesse do Paraná falava mais alto.

Mas eu não posso calar-me ante o discurso do Deputado Romanelli, algumas colocações de ilustres parlamentares, quando concordam com o posicionamento político do ex-Governador Requião, por quê? Ora, autoriza-se empréstimos para a agricultura do Paraná falida como disseram vários oradores. Permitam ao Governador a obtenção de recursos e usa de todos os elementos que tiver o Senado ou oposição desta Casa, para conseguir as informações que julgarem necessárias, onde o Governador atual fez concessões as montadoras de automóveis, que já são em número de quatro.

Chega Senhor Presidente a assustar a oposição. O Paraná ocupa as primeiras páginas dos jornais mais importantes do Brasil, porque entende os outros Estados também que o Governador do Paraná sai na frente, é um vitorioso, é um líder nacional, conquistando aquilo que outros Estados do Brasil procuram e disputam e esta Casa quer aplaudir, a oposição especialmente. O Posicionamento do Requião está prejudicando os interesses dos lavradores do Paraná, prejudicando os interesses aqui dos representados inclusive como disse o Deputado Pessuti. Nós precisamos, o Paraná precisa da concessão do empréstimo, para depois o Senador Requião a oposição exigir todas as informações que resultaram nas instalações aqui no Paraná das Montadoras.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, representante lá do interior do Paraná, especialmente lá daquela região onde a sericultura salva a questão econômica de meia dúzias de municípios, quando a sua volta são grandes áreas de pastagens e ocupadas também por cana-de-açúcar. É preciso que a agricultura seja lembrada por nós, e podemos concordar, aceitar a embrulhação do Senador Roberto Requião, repito postergando, transferindo para depois. Para quando? A liberação dos recursos

para o Projeto "Paraná 12 Meses", que eu espero seja ele, talvez um dos maiores projetos da agricultura do Paraná.

Permito um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni - Queria procurar contribuir e ouço com atenção o seu pronunciamento, e digo que faça das suas palavras o que eu estou pensando.

Só queria dar uma contribuição ao seu pronunciamento para que possamos fazer uma análise das atitudes do Senador Roberto Requião.

Vamos voltar atrás para o Governo Ney Braga. O Governador Ney Braga quando saiu do Governo ele deixou um programa em funcionamento para agricultura do Paraná chamado "Pró-Rural". Que veio o Governador José Richa e fez uma ampla reformulação, discutiu com a sociedade paranaense ampliando este programa que deu um grande avanço aos pequenos agricultores do Paraná. O Governador José Richa montou um grande denominado "Paraná Rural", que no seu governo já funcionou e que teve prosseguimento no Governo Álvaro Dias se caracteriza como um bom secretário da agricultura e a agricultura do Paraná elegeu o Senador Osmar Dias senador do Paraná.

E é aí que vem a grande cobrança ao Senador Roberto Requião e ao ex-Governador Roberto Requião. Onde está o programa montado pelo seu governo? Ele poderia ter deixado funcionando para o Governo Jaime Lerner, como fez o Ney Braga, como fez o José Richa e como fez o Álvaro Dias. Ele não teve nem a competência de deixar um programa montado para que, nós pudéssemos dar prosseguimento para não deixarmos os agricultores abandonados no Paraná. E, o Senador faltando com a verdade em todo o interior do Estado percorreu nas eleições municipais dizendo que o Governo Jaime Lerner abandonou a agricultura do Paraná. Abandonou sim a agricultura do Paraná, porque não teve um Governador que visse esse Estado como um todo. Ao invés dele montar programa ele prefere agredir os empresários do Paraná. Ao invés dele dar os incentivos para as indústrias se instalarem aqui no Paraná, ele agredia os empresários e eles fugiam para outros Estados. Era esta a forma que se governava o Paraná.

Quero dizer a V.Exa., eu até tinha uma pequena admiração pelo Senador Roberto Requião, mas analisando os fatos a questão da agricultura do Paraná, eu disse outro dia e já deixei o meu repúdio ao Senador Roberto Requião, analisando estes fatos do "Paraná Rural" onde os últimos governadores tiveram a competência de montar programas a favor da agricultura, e ele além de não montar programas, porque nós estamos levando dois anos para montar o "Paraná 12 Meses", ele ainda vai a obstrução no Senado, procurando desculpas. Acredito que o Senador estaria feliz se essas indústrias, que vão dar empregos aos paranaenses, estivessem se instalando em outros Estados. Aí ele estaria usando a mesma tribuna que ele usa hoje, dizendo que o Governador do Paraná é incompetente, porque não negociava com essas empresas para vir ao Paraná. Mas como o Governador do Paraná faz o contrário, está na frente de outros Governadores, está transformando a economia deste Estado. Ele naturalmente está vendo que o seu tempo já passou e que o Paraná não terá saudades do ex-Governador, hoje Senador, Roberto Requião. Muito obrigado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Concedo um aparte ao Deputado Élio Rusch.

O Sr. Élio Rusch - Permite um aparte, Deputado?

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Concedo a palavra ao Depu-

tado Élio Rusch.

O Sr. Élio Rusch - Deputado Basílio, Senhor Presidente e Senhores Deputados. Ouço com muita atenção, o seu pronunciamento, em relação aos últimos acontecimentos que envolvem o Estado do Paraná com a pessoa do Senador Roberto Requião. Nós conhecemos, o Senador Roberto Requião quando ainda era Prefeito aqui em Curitiba e mesmo antes quando ele ocupava uma cadeira aqui na Assembléia Legislativa, como Deputado Estadual. Conhecemos o Requião como Governador e agora, o Paraná o elegeu Senador da República. Lamentavelmente, o Paraná é colhido com surpresas, quando o nosso Senador. Quando eu digo o nosso é o Senador do Paraná, pede informações do Governo do Estado antes que o Senador autorize-se o empréstimo para o nosso Estado, com a finalidade de injetar esses recursos na agricultura paranaense.

Nós sabemos que o Governador Jaime Lerner, através de toda a sua equipe administrativa tem algumas estratégias para transformar o Estado do Paraná nos mais diversos segmentos, nas mais diversas frentes. Tanto na agricultura, como na indústria, como no Comércio, como na Educação, e como na Saúde.

Agora para que o Paraná seja transformado, se faz necessário nós paranaenses, principalmente para o paranaense que exerce um cargo público, quer a nível estadual, quer a nível federal, que nós unirmos nossas forças. E o pedido de informações que o Senador do Paraná Roberto Requião faz ao Governo do Estado, são informações que deviam deixar de lado. Porque nada tem haver o empréstimo com o Banco Mundial, seja o "Paraná 12 Meses", com o protocolo de intenções com a RENAULT, com a CHRYSLER. Aliás, diga-se de passagem, Deputado Basílio, o Governo do Paraná, Romanelli, não assinou ainda o protocolo de intenções da Chrysler. Não assinou ainda e o Governador deixou claro isso. Existe intenção, já está confirmada a instalação desta indústria no Estado do Paraná.

Agora, nós como Deputados, nós que somos do interior, representamos o Oeste do Estado, da Cidade Marechal Cândido Rondon e de todos os municípios, nós que sofremos com as inundações das águas, com a construção de ITAIPU, nós que somos de uma região essencialmente agrícola. E a economia do Paraná até hoje está pautada na agricultura. Nós temos aproximadamente, 480 mil propriedades rurais de pequenos e médios produtores. Esse financiamento, Deputado Basílio e Senhores Deputados é exatamente, para atender esse pequeno agricultor. Agora é lamentável, quando estamos aqui na Assembléia Legislativa e no Estado do Paraná, pessoas que ainda vêm a defender a posição do Senador Roberto Requião.

Nós a condenamos. Não podemos concordar com isso e não podemos nos calar diante desta situação. Parabéns, Deputado Basílio. E o Estado do Paraná vai se transformar. Claro que o Oeste do Paraná, claro que o Sul o Centro do Estado, o Norte do Estado, gostaria de uma montadora, mas não conseguiram. Ponta Grossa conseguiu a Chrysler. Quer dizer: alguma indústria já foi para o Norte. Outras indústrias haverão de vir para o Estado do Paraná. Graças a Lei Aníbal Khury. Graças a essa lei que aprovamos na Assembléia Legislativa por unanimidade, que demos esta elasticidade para o Governo do Estado negociar com os empresários de outros estados e de outros países, para trazer ao nosso Estado, aquilo que mais necessitamos.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. Florisvaldo Fier - Como Deputado da oposição, no ex-Governo e no atual, acho até interessante participar deste debate, porque muitas das intervenções

estavam apoiando o ex-Governador, Roberto Requião, nesta sala.

É muito interessante isso. Observamos este tipo de coisa, mas não vou entrar neste debate.

Acho estranho que, moções políticas e posições políticas, fazem com que quem sofra sejam os pequenos agricultores do nosso Estado. Em nome do pequeno, agora, tem defensor de todos os lados. Pergunto: Quem tem mais culpa nesse processo do "Paraná 12 Meses"? O Sr. Governador que faz acordo com a RENAULT e não torna público e não aceita nem Pedido de Informação deste Parlamento? Se o acordo estivesse todo dentro da sua legalidade e moralidade não tem porquê esconder! E o Senhor Governador tem culpa sim de atrasar os 12 meses, porque ele não fornece informações. Ou é o Senador que é responsável por querer as informações? Ou o Osmar disse que há 6 meses com o Projeto na mão e agora sobra para o outro!

O negócio é o seguinte: são dois Senadores e um Governador irresponsáveis com a política agrícola deste Estado. Primeiro por não esclarecer as informações solicitadas aqui e que esta Bancada, agora, se diz defensor do pequeno agricultor de 12 Meses, votou contrário ao Requerimento da nossa autoria pedindo esclarecimentos sobre a RENAULT. A responsabilidade é de todos os Senhores Deputados, que derrubaram o Requerimento e não permitem informação pública. É isso que tem que saber. E depois o Senhor Governador que não dá. E, por último, aquele que o segura no Congresso Nacional. Tem que deixar claro quem são os responsáveis. Porque a Bancada do lado de cá votou favorável.

Então esclareça isso e pare com essa coisa de dizer que tem culpado lá em cima quando tem vários senados aqui, que na hora de manifestarem-se favoráveis a um Requerimento, permaneceram do mesmo jeito. Assumam a responsabilidade e não ser situação num Governo e oposição em outro, depois situação e vai mudando de lado. Assuma a responsabilidade política em relação aos pequenos!

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Para conduzir, Presidente.

O Dr. Rosinha faz referência ao meu posicionamento durante o Governo Requião. Falei já, antes, e em outras vezes, que votei em quase todas as Mensagens do Executivo, de iniciativa do Governador, quando entendia ser de interesse do Paraná.

O meu Partido não é radical, nunca fui impedido pela Liderança do meu Partido em votar sim ou não. O meu Partido é democrático. Aqui me manifesto contra o posicionamento, posicionamento atual do ex-Governador, Requião que prejudica enormemente a agricultura do Paraná com todas as letras e eu não aceito e não concordo.

Só para dizer ao Dr. Rosinha, que ele devia defender a agricultura com a mesma veemência que defende os trabalhadores dos serviços públicos ou fora do serviço público - porque se V. Exa. sufocar a agricultura, já sofrida, V. Exa. não terá a quem falar e nem recursos a pagar funcionário de qualquer sessão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Líder do Governo, Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tenho me mantido com uma certa cautela até mesmo porque a minha função de Líder do Governo me exige que tenha esta cautela em meus pronunciamentos. Mas não é possível e já neste final de período legislativo que poderíamos encerrar sem muitas polêmicas, mais polêmicas partidárias do que polêmicas de interesse para o Paraná. Mas não consigo entender, estão se invertendo

as coisas. Enquanto o Governador corre este Brasil, corre o exterior em busca de investimentos, tem a credibilidade - o que é importante destacar isso - este Governador tem a credibilidade. Abriu as portas do mundo para a Cidade de Curitiba, e Ninguém mais é testemunho do que eu, que fui seu vice-Prefeito, a transformação que fez pela Cidade de Curitiba. Colocou esta cidade no contexto internacional e Curitiba trouxe recursos num momento em que o Governo Federal não repassava, e fizemos 5 mil obras e transformamos a Cidade de Curitiba, - ou alguém acha que isto é mentira.

Foi este Governador que fez. E foi este Governador que, usando esta mesma tática e utilizando a sua credibilidade de transformador de cidades. De homem inteligente, pode não ser inteligente muito politicamente, nem todos têm obrigação de serem iguais, de ter todos os predicados em todas as áreas, mas é um homem competente e ninguém pode negar isso, competente e honesto.

Este homem abriu as portas do mundo para o Estado do Paraná, que quase sempre estiveram fechadas, quase sempre estiveram fechadas, e de repente, o que é que se vê, uma inversão dos fatos. De um homem que corre o mundo, que vai buscar os investimentos, que traz montadoras que todo o país queria, outros países queriam, todos os estados queriam. Vai lá fora, traz para o Estado do Paraná, e este homem é criticado, este homem é um irresponsável, está colocando em risco o futuro do Paraná.

Orá, em risco está o futuro do Paraná se continuar nesta mesma política, de só querer sobreviver com a agricultura. Ela é importante, claro que é. O país passa por uma modernização.

Está aí a política de Fernando Henrique Cardoso, que até podemos no seu todo também não concordarmos, mas ela é necessária para a mudança do país. Ou mudamos, ou vamos continuar com coisas paliativas enganando os outros, enganando a nós mesmos. Ou temos coragem de mudar, ou vamos cada um para sua casa, e deixar o país que seja o que Deus quiser! Tenho certeza que ninguém quer isso. Nem a Oposição quer, nem a posição às vezes radical do PT deseja isso.

Temos visto esta mudança do PT a nível local, do PT a nível nacional. Esta mudança que é salutar para o país, mas de repente vejo uma inversão das coisas. Tudo bem, ninguém discute o direito do Senador da República, ninguém discute. Mas o que é mais importante agora, assegurar a vinda de uma montadora que vai representar investimentos, empregos. E mais importante segurar isso, e atender no momento um Pedido de Informações.

Ora, esta Casa, aqui nos Anais são testemunhas, não queriam me criticar hoje por minha postura como Líder do Governo, que não deixar passar Pedido de Informações, nunca esta Casa aprovou tanto, e o Presidente é testemunha. Nunca esta Casa aprovou tanto Pedido de Informações e eu deixei passar.

E nunca deixaram de ter a resposta. E alguns até possibilitaram questionamentos na sequência, testemunha é o Deputado Florisvaldo Fier, em outras ocasiões esta Casa aqui, e sou testemunha, era o rolo compressor e salve-se quem puder e saia da frente, Deputado Miltinho Puppio, e saia da frente, esmagamos todo mundo.

Perguntem aos Deputados de outras legislaturas aqui como é que era. Agora pergunto e questiono, é mais importante a informação para o Senador agora do que estancar um Projeto porque há um questão da vinda de montadoras. Esquecem, quando o Deputado Romanelli vai à tribuna e fala, e coloca o coração na frente da razão, a emoção na frente da razão. Coloca posições de que o Paraná perde não sei quantos milhões de ICMS. Não está recebendo ICMS nenhum, vai receber se a empresa vier, se não vier o ICMS é o mesmo que está aí.

Agora, esquece ele de entender e fazer uma cono-

tação de que, por exemplo, atrás dessas montadoras grandes que estão vindo aí, quem é que vem? Vêm as indústrias de ponta, que vão alimentar essas montadoras. E quem é que vai gerar o emprego maior, quem é que vai gerar a contratação da mão-de-obra não qualificada que está aí, a maioria da mão-de-obra deste país não é qualificada. Quem é que vai possibilitar esse emprego. São as empresas de ponta e são elas que vão gerar o ISS, o ICMS, e outros tributos e empregos.

Então, é preciso fazermos o povo entender isso. O Governo não está perdendo nada quando faz algumas concessões, pelo contrário, porque ele não está recebendo nada, se elas não vierem não ganha nada, se elas vierem pode até fazer algumas concessões dentro da Lei que foi aprovada nesta Assembléia que é do Deputado Aníbal Khury e que foi sancionada pelo ex-Governador e hoje Senador que emperra um Projeto do pequeno agricultor que é o Senador Roberto Requião. Dá para entender? É preciso que o povo faça um exercício de raciocínio. É mais importante pedir a informação agora do que deixar vir a montadora e tem, já vou adiantar aqui, tem mais três a caminho do Paraná para deixar todo mundo com dor de cotovelo.

Então Senhor Presidente, quero dizer ainda, e vejam aqui, será que estamos desautorizando um pronunciamento feito por uma pessoa que todos temos respeito? Está na "Gazeta do Povo" de hoje: "O anúncio oficial da instalação da Fábrica de Automóveis Audi no Paraná, em São José dos Pinhais, consolida o nosso Estado como o 2º Polo Automobilístico do Brasil". Quem é que falou isso? Alguém é capaz de dizer que o presidente está mentindo no que está dizendo aqui? Que levantem-se as vozes agora e chamem o presidente de mentiroso. Diz mais o Presidente da Assembléia: "Como Presidente do Legislativo sinto-me feliz com estes investimentos e pessoalmente sinto ter cumprido o meu dever de homem público. E seria interessante que todos pudéssemos cumprir com o nosso dever de homem público. Foi com base em legislação de incentivo ao investimento produtivo de minha iniciativa, que o Governo do Estado pode reforçar a vocação do Paraná para a indústria de transformação concretizando a decisão destes e de outros grupos representativos do cenário mundial." Alguém tem dúvida disso? Levantem a voz, contestem o Presidente, ainda mais diz o Presidente: "Avulta nossa responsabilidade de homens públicos conjuntamente responsáveis pelos destinos do Estado do Paraná, de nos esforçarmos pela contrapartida que os concidadãos - em termos de crescimento real das oportunidades de emprego e renda, melhoria contínua dos padrões de segurança, educação, saúde, estrutura ambiental, etc. - de modo a manter e ampliar as condições que resultaram na opção da Audi e de outras empresas pelo nosso Estado." Se alguém contesta é este o momento ou então cale-se para sempre.

Então, pessoal, companheiros Deputados, tivemos dois anos de lutas nesta Assembléia onde todos deram importantes contribuições para este momento, quer dizer, lutamos aqui, fizemos discussões, refregas como se diria antigamente, e todo mundo cresceu com isso, a Assembléia cresceu com isso, o Paraná cresceu, nós Parlamentares, porque a partir do momento que o Governo governa bem todos nós crescemos com este Governo. A Assembléia passa a ser valorizada, agora, no momento de colher os frutos, de final de ano, de espírito natalino, para o Paraná estão vindo empresas e estamos aqui nos degladiando a troco de quê? Por um interesse político? Acho que não é esse o caminho. Me desculpem, me exaltei um pouquinho porque também segurei durante dois anos aqui esta minha maneira de ser, de usar bastante a Tribuna e hoje estou quem sabe revivendo meus bons tempos de Oposição, porque não mudei também, Deputado Rosinha, não mudei, talvez me moldei um

pouquinho, deixei um pouco o radicalismo que tinha quando era Oposição, mas nunca deixei de aprovar aqui nesta Casa, e o Deputado Pessuti que foi Presidente e foi Líder de Governo aqui, Deputado Caíto e tantos outros, mesmo questionando, na hora de dizer sim, lá estava o Deputado Algaci Túlio dizendo sim àquilo que era de interesse do Estado do Paraná. Foi assim no empréstimo do PROSAN que deu toda esta celeuma, esta complicação toda mas aprovamos tudo isso aqui.

Então, queria pedir aos Deputados que no momento em que está em jogo na verdade o futuro deste Estado e o Governador Jaime Lerner possivelmente nem venha a usufruir de tudo isso que está fazendo agora porque estes investimentos só começarão a dar resultado daqui há dois anos, daqui há três anos, quatro anos, se passar a reeleição não tenho dúvidas que o Jaime Lerner continua o Governo do Paraná e o Fernando Henrique possivelmente continue o Presidente da República. Se não houver reeleição evidentemente as coisas podem mudar, mas eu ainda acredito que o povo do Paraná vai reconhecer, mesmo não tendo os frutos agora, vai reconhecer a importância dessa transformação. Aí eu pergunto: mas tudo bem, mas não foi só o Paraná que trouxe empresas, Minas Gerais trouxe, Rio Grande do Sul trouxe, São Paulo trouxe. Aí eu pergunto: algum Senador desses estados questionaram os governos desses estados no pedido de informações de endividamento do Estado? Pode ser até que tivessem vontade, mas preferiram em primeiro lugar garantir a vinda desse investimento do que fazer um questionamento.

Acho que o questionamento é legal, é justo, é o que compete ao legislativo, ninguém está tirando essa prerrogativa, nós agora aqui votando o orçamento recuperamos algumas prerrogativas que os governos passados tiraram desta Casa de Leis.

Agora, é preciso ter o momento certo para isso, não é judiando lá do pequeno agricultor que vai se fazer uma vingança contra o Jaime Lerner, não é esse o caminho.

Então, companheiros eu queria deixar aqui essa posição. E ainda ontem conversava com alguns Deputados, anteontem quando o Presidente desembarcou com o Governador no Aeroporto Afonso Pena eu disse: Presidente, o Senhor falou com o ex-Governador? Não houve tempo, não deu, acho que não tem jeito. Eu falei: Presidente, eu falei com alguns Deputados ligados ao Requião, que tal se fizéssemos uma Comissão de Parlamentares chefiada pela sua Liderança e fôssemos à Brasília fazer um apelo ao ex-Governador para deixar essa questiunculazinha política de lado e vamos resolver o problema em "Paraná 12 meses". O Presidente entendeu, é um bom caminho, acho que essa quem sabe seja uma solução. Não precisamos trazer, o Requião pode vir aqui a hora que quiser, ele é paranaense, ex-Governador, será muito bem recebido a qualquer momento. Como tenho certeza, se antes de pedir lá oficialmente o pedido que viesse solicitado uma conversa com o Governador, vocês acham que o Governador iria deixar de receber um Senador da República, claro que não.

Então queria, deixar essa minha posição aqui, cumprimentar a posição do Presidente que mais uma vez valoriza este Legislativo, e pedir o empenho aos Senhores Parlamentares, porque nesse momento é muito mais importante garantir a vinda desses investimentos. E no momento oportuno Pessuti, tenho certeza, no momento oportuno vai ser mostrado.

Só para concluir, Senhor Presidente, está aqui uma declaração do Presidente da Wolks quando ele fala que o Estado do Paraná não fez nenhuma concessão. Ontem o Presidente da Wolks do Brasil diz que o que mais contou para a escolha da fábrica no Paraná foi a infra-estrutura, da qual inclusive o ex-Governador...

O Sr. Orlando Pessuti - Mas é isso que temos que conversar Deputado Algaci.

O SR. ALGACI TÚLIO - Então, só deixa eu concluir depois V. Exa. completa.

Foi a infra-estrutura, foi a qualidade de vida, foi o meio ambiente. E segundo ele não foram vantagens fiscais oferecidas pelo governo, as vantagens fiscais diz ele são as mesmas que outros estados brasileiros ofereceram, disse ainda que a localização do Paraná pesou na escolha para sediar a nova fábrica explicando que o Estado além de ser vizinho do MERCOSUL tem um Porto, o de Paranaguá, com infra-estrutura pronta para exportação.

Então, acho que, será que esse cidadão também aqui também estaria mentindo? Tem o aparte o Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti - Senhor Presidente, se for preciso voltamos segunda-feira a debater esse assunto, mas veja bem, acho que não podemos transformar esse "Paraná 12 Meses" em um debate aqui na Assembleia num daqueles tradicionais filmes de faroeste do oeste americano, onde se procura estabelecer o bandido e o mocinho da história. Estão tentando transformar o Senador Roberto Requião no bandido dessa história toda e o Governador Jaime Lerner evidentemente no mocinho dessa história.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pelo contrário, permite-me, desculpe-me, mas pelo que temos sentido aqui parece que os dois estão sendo bandidos, um que quer breçar lá e o outro que quer trazer para cá.

O Sr. Orlando Pessuti - Pois é, então vamos procurar Deputado Algaci Túlio, evitar que essa questão tente caracterizar algumas pessoas como bandido e mocinho.

O Deputado Rossoni por exemplo cobrou aqui há pouco ainda: "Mas quais foram os projetos que deixaram?" Acho que a história do Paraná mostra o que fez um Paulo Pimentel, o que fez um Ney Braga, um Jaime Canet em termos de infra-estrutura, não teria hoje montadora nenhuma aqui se não tivéssemos a ferrovia central do Paraná que o Ney Braga construiu com o dinheiro do Estado; a FERROESTE contribuiu com isso, o Porto de Paranaguá contribuiu com isso; a eletrificação rural que temos hoje que foi projetada pelo Ney Braga, executada pelo Richa; a Usina de Segredo, que foi desenvolvida, inicialmente, no Governo de Richa, construída no Governo do Álvaro. O PEDU foi todo elaborado, quando o Requião era Secretário de Desenvolvimento Urbano, depois, executado quando o seu Governo.

O dinheiro que tem hoje para a educação, eu me lembro bem disso, foi na semana, que estive como Governador do Paraná, que o Mário Pereira foi junto com Olivir Gabardo à Nova Iorque, a Washington, assinar para que esses mais de duzentos milhões estivessem hoje à disposição do Governo Jaime Lerner. O PROSAN, recursos, que estão aí para o saneamento urbano. O Homero Guido, quando Secretário do Roberto Requião esteve no Japão, a missão japonesa esteve aqui para viabilizar esses recursos, da Overseas (?), eu não sei o nome correto, e estão hoje aí, participando como contrapartida do Programa "Paraná Urbano" que foi todo ele idealizado, elaborado, ainda durante o Governo Roberto Requião.

Esse "Paraná 12 Meses", Deputado Rossoni, quando começou a execução do "Paraná Rural", a equipe técnica da Secretaria da Agricultura, da EMATER, começou a elaboração do "Paraná 12 Meses", que seria o "Paraná Rural II".

Então, meus companheiros, ninguém está aqui para criticar o Governador Jaime Lerner, mas ninguém pode aqui querer agora dizer que as portas do mundo se abriram ao Paraná, simplesmente pela amizade, pela competência, do Governador, que reconhecemos, isso facilmente.

Todos sabemos que as montadoras estão vindo para o Brasil, para o Paraná, em função de uma nova realidade que se estabeleceu na América Latina, com o MERCOSUL. E estão vindo para o Paraná, porque tem um Porto, uma infra-estrutura, energia elétrica, e uma condição de vida, que é fruto do trabalho não só do Requião como Governador, não só do Álvaro, não só do Richa, mas de toda uma equipe de governadores que passaram por este Estado. E, certamente, o Governador Jaime Lerner deixará também a sua marca.

Agora, dizer que o Requião é contra os pequenos produtores foi sem sombra de dúvidas, um dos governos que mais investiu em favor da pequena propriedade, com o "Bom Emprego" e o "Panela Cheia".

O SR. ALGACI TÚLIO - Agradeço o aparte.

Queria cumprimentá-lo, dizendo que ontem, estive em Paranaguá, à noite, e me senti realmente orgulhoso. E que pese todas as falhas que o Porto ainda tenha, e precise ainda de muita coisa. Mas, Presidente, fui lá representá-lo, e ao Governador do Estado, e a esta Casa, no lançamento de um navio de porte médio/grande, que naquele momento com todas as deficiências carregava dois mil containers para o exterior, de cigarro produzido aqui na Cidade Industrial, pela Philips Morris.

Então, acho, que tudo isso nos enche de orgulho. Porque não fazemos o que os gaúchos fazem? Gaúcho não se divide. Até na hora de apoiar, e na hora de criticar, eles se unem. Por que é que nós paranaenses não tomamos como exemplo os gaúchos. Seremos bairristas, e brigarmos pelas coisas nossas, para não ficarmos brigando aqui entre nós, e os outros levando o que é nosso.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Horário das Lideranças.

Há um Requerimento do Deputado Ângelo Vanhoni, que requer a retirada da Emenda oferecida ao Projeto de Lei nº 481/96, de sua autoria. Informo ao Deputado que esta Emenda não foi incorporada ao Projeto, porque não deu número legal na Sessão, que V. Exa. apresentou.

Nessas condições a Emenda está retirada.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Agradeço, Senhor Presidente, e faço ainda uma solicitação, de que este Projeto venha para a Ordem do Dia, para ser votado na próxima segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Se eu tiver em mãos o parecer da Comissão, porque há outras Emendas, aí nós colocaremos.

Antes de votar a matéria da Ordem do Dia, iremos ouvir o coral, mas V. Exa. fala Pela Ordem.

O SR. NEREU MOURA - Senhor Presidente, gostaria de saber quantas Emendas tem nesse Projeto, porque a informação de que havia uma Emenda do Ângelo Vanhoni, partiu da Presidência, do então Presidente, Luiz Carlos Zuk, substituindo V. Exa. Quantas Emendas existem no Projeto, e quais os autores? Se fosse possível.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não sei, mas informo V. Exa., e o Projeto ainda pode receber Emenda porque não foi gerada a sua discussão.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - A sugestão feita pelo Deputado Ângelo Vanhoni vem de encontro aos anseios de muitos servidores daquele Poder e como está secretariando a mesa o Deputado Joel Coimbra, Presidente da CCJ, ontem fizemos um apelo ao Deputado para que convocasse Sessão Extraordinária da CCJ, para ontem mesmo. E novamente fazemos um apelo ao Presidente da CCJ que convoque para segunda-feira, no horário costumeiro, uma vez que teremos Sessão na segunda-feira, para que seja incluída na Ordem do Dia de segunda-feira próxima.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Presidente da CCJ informa que talvez realize uma Sessão na segunda-feira.

Vamos ouvir o Coral que é em homenagem à Assembléia.

(O Coral do Paraná executa algumas músicas)

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, posso dizer algumas palavras a respeito do Coral?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeito.

O SR. ALGACI TÚLIO - O Coral do Paraná foi fundado em 1979, apresentando-se oficialmente em julho de 1980 na missa rezada pelo Papa João Paulo II, quando ele visitava Curitiba.

É formado por Servidores de diversas Secretarias do Estado e patrocinado pelo Governo do Paraná através da Secretaria de Administração. Conta com o apoio sempre aqui da Assembléia, de vez em quando o pessoal passa o chapéu por aí - é bom os Deputados não esquecerem que temos que ajudar o Coral de vez em quando - já visitou, o Coral, mais de 90 municípios do Paraná, sempre com o objetivo de divulgar a cultura através do Canto Coral.

Conta com a regência do Maestro Paulo Kim, que hoje não está aqui - é aquele que o Deputado prometeu ajudar a promover. E está fazendo concurso hoje, Presidente, temos que ajudar o Maestro aí. Vai para Capitão já. É auxiliado o teclado pelo Jurandir da Silva, a Elisana Gasma que está aqui e o Euclides está lá atrás. Sempre inicia as suas apresentações cantando o Hino do Paraná dos autores: Domingos Nascimento, a letra e o Bento Mussurunga. E é uma marca para divulgar o Estado do Paraná.

O Coral tem se apresentado em vários hospitais, creches, asilos, e entidades filantrópicas. Esta era a última música, posso fazer um apelo, para que possamos ouvir o destaque da voz do Universo Rodrigues, que é uma figura de exponência no nosso rádio paranaense, no nosso teatro, e gostaríamos que fosse cantada uma música agora que o Universo pudesse ter um destaque, para agradar a todos nós.

O SR. ANGELO VANHONI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, antes que o Coral faça mais uma apresentação, gostaria de falar duas palavras.

Sei que V.Exa. gosta muito de música. Nesses dois anos que estou frequentando a Assembléia Legislativa em todas as Sessões que são utilizados o recinto do salão nobre, V.Exa. faz questão de que o nosso pianista execute uma série de canções ao piano.

A música é algo muito importante na vida do homem. Ela é talvez uma das poucas coisas que em momentos difíceis que cada um esteja passando, ela consegue trazer um sentimento na alma de cada um de nós de alegria. E talvez da música, não só sentimento de

alegria, mas o ser humano pode ter sentimentos de resvalar com o que é de sublime na vida.

Aproveito esse momento para fazer duas sugestões uma ao Presidente da Assembléia Deputado Anibal Khury e outra ao vice-Prefeito da Cidade de Curitiba Algaci Túlio. Ao Presidente da Assembléia e aí os membros do Coral que me perdoem, mas ao Presidente da Assembléia que destine uma verba para o Coral, para que eles possam ter uma roupa mais bonita, mais moderna, que seja digna da beleza deste Coral. Essa é uma verba tão pequena, e esse é um belo Coral e que tem propiciado sentimentos desse tipo que falei, não só para nós deputados, mas para muita gente da nossa cidade, do nosso Estado.

Ao Vice-Prefeito de Curitiba, gostaria que o senhor encaminhasse uma proposta ao futuro Prefeito, o Sr. Cássio Taniguchi que faça um programa da vida dos Corais na Cidade de Curitiba.

Seria muito bonito se hoje, principalmente nessa época natalina onde há uma predisposição das pessoas ficarem um pouco mais sensíveis por causa de uma questão cultural, uma tradição dos homens de se reunirem no dia do Natal com suas famílias, os seus amigos, mas que em vários pontos da Cidade de Curitiba, com um pouquinho de recurso, porque é só ligar o órgão e por dois ou três microfones para que a voz das pessoas seja um pouquinho amplificada com duas ou três caixas acústicas, dá para por um Coral em cada praça da cidade, dá para pegar os vinte, trinta corais que têm aí de empresas, como têm dos funcionários públicos e espalhar pela cidade no mês de Dezembro, onde toda a população de Curitiba teria o acesso para escutar um pouquinho de música, que faz bem ao espírito da gente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Vanhoni, V.Exa. faz uma sugestão à Mesa da Casa para que proporcione condições ao Coral Paraná que tenha uma vestimenta mais solene. Temos atendido sempre que possível o Coral do Paraná, e vamos acatar a sugestão de V.Exa., o Coral está autorizado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Quero dizer também, Sr. Presidente, que tenho procurado também ajudar e a Geni é testemunha que algumas viagens que o Coral fez, a gente procurou viabilizar o Transporte Coletivo sempre que posso eu ajudo. Tenho certeza que vamos fazer grandes promoções não só em períodos natalinos, sou um fã incondicional de ver a banda tocar na praça, e temos tantas bandas, aliás ontem foi um momento de emoção em frente ao Palácio, quando a banda da Guarda Mirim do Paraná montada há seis meses, já estava executando bellssimas músicas.

Então podem ter certeza que da minha parte vou continuar dando incentivo muito grande para os corais, para as bandas. Eu e o Deputado Anibal Khury, somos padrinhos dos concursos de bandas e fanfarras que é feito pela União Cívica Feminina que traz bandas e fanfarras do Paraná inteiro para cá todo o mês de setembro.

Então o Coral pode ter certeza que vamos procurar incentivá-los cada vez mais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A certeza de que a Assembléia não faltará ao Coral por entender que ela proporciona momentos de alegria e de felicidades para nós e tem contribuído em todas as festividades em que ela é convidada, ela comparece sem receber qualquer centavo do Poder Legislativo.

Agradecemos a presença do Coral e esperamos que se renovem estas visitas, e principalmente, na véspera de Natal quando ela proporciona alegria para nós com canções natalinas.

Muito obrigado ao Coral Paraná.

(Apresentação do Coral Paraná)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Com a presença de 54 Srs. Deputados.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Angelo Vanhoni, constante do expediente, solicitando a retirada da emenda oferecida ao Projeto de Lei nº 481/96 de sua autoria. A Mesa deixou de votar tendo em vista a não incorporação da referida Emenda ao Projeto.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

Item 01

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 261/96, que institui a obrigatoriedade do plantio de árvores frutíferas nativas nas faixas de domínio das rodovias estaduais.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 261/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a desenvolver projeto específico de paisagismo e educação ambiental para as faixas de domínio das rodovias estaduais sempre que o Departamento de Estradas de Rodagem - DER contratar ou gerenciar a construção, ampliação ou restauração de rodovias.

§ 1º - O Projeto de que trata este artigo inclui a recuperação de áreas degradadas, contemplando em especial a vegetação nativa da flora paranaense dando preferência às espécies frutíferas.

§ 2º - Sempre que possível serão utilizadas as vi-

veiros estaduais para a produção das mudas necessárias à execução da presente lei.

§ 3º - Para as rodovias estaduais já existentes e não enquadradas no caput deste artigo, poderá o DER elaborar projeto paisagístico seguindo programa de prioridade e disponibilidade orçamentária.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, prevendo dotação orçamentária específica para a sua execução, bem como, para estabelecer critérios, condições e atribuições dos órgãos incumbidos de executá-la, levando em conta, principalmente a segurança dos pedestres, dos condutores e dos passageiros dos veículos que transitam nas rodovias deste Estado.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11.12.96.

(aa) CEZAR SELEME - Presidente;

HIDEKAZU TAKAYAMA - Relator.

Em votação:

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação. Os Deputados que aprovam o Projeto de Lei nº 261/96 queiram levantar-se.

Quinze Senhores Deputados aprovam.

Os Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Não há quórum para o prosseguimento da Sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 261/96

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 374 e 476/96 dos de Resolução nºs 039 e 040/96

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 469, 504 e 519/96 e dos de Resolução nºs 032 e 035/96.

Levanta-se a sessão.